



Conferência

O Valor da Floresta Portuguesa no Mercado de Carbono

Lisboa, 28 de Março, 2007 Auditório da Culturgest
Edifício da Caixa Geral de Depósitos, Rua do Arco do Cego

O 4º Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), publicado a 2 de Fevereiro, veio confirmar a evidência científica das alterações no clima da Terra: A segunda metade do século XX foi o período mais quente no hemisfério Norte, nos últimos 1 300 anos, tendo a Europa registado um aumento superior à média global; nas últimas décadas tem-se verificado um aumento na frequência de acontecimentos extremos, entre os quais, secas prolongadas (por exemplo, em Portugal, 2004-05).

O papel das florestas na mitigação das causas das alterações climáticas é reconhecido no texto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. Nos termos do Protocolo de Quioto (PQ), para efeitos de balanço nacional de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), no primeiro período de cumprimento (2008-2012), é obrigatório proceder à contabilização, das actividades de florestação, reflorestação e desflorestação, induzidas por acção humana, que tenham ocorrido após 01/01/1990 e até 31/12/2012. Fica ao critério de cada país integrar, também, as actividades de gestão florestal e/ou a gestão de culturas agrícolas e/ou de pastagens e/ou revegetação, que tenham ocorrido após 1990 e sido induzidas por acção humana

Em Portugal, o entendimento sobre a participação das actividades florestais no cumprimento nacional de Quioto está vertido no Programa Nacional para as Alterações Climáticas PNAC 2006. Entre as suas medidas, o PNAC estabelece a promoção da capacidade de sumidouro de carbono da floresta através da melhoria da sua gestão e a constituição de novos povoamentos florestais, num total de 492 mil hectares, relativamente a 31/12/1989. Esta medida permitirá reduzir o balanço nacional líquido de emissões de GEE, em 2010, em 0,8 Mt CO₂e. Na aritmética financeira de Quioto, a valorização desta externalidade positiva ronda 60 milhões de euros.

Num momento em que se negocia o pós-Quoto e em que a Comissão Europeia já avançou com a meta de redução de 20% nas emissões gases com efeito de estufa, em 2020 face aos níveis de 1990, o que permite antecipar a necessidade de um esforço interno acrescido em matéria de gestão do carbono.

Num momento em que o serviço de sequestro de carbono pelos ecossistemas terrestres não é só reconhecido e valorizado no âmbito dos mercados regulados de Quioto, mas também o é no contexto de mercados voluntários, alavancados e dinamizados por marcas e empresas que, proactivamente e sob estratégias corporativas de responsabilidade ambiental e social, compensam assim as suas emissões de gases com efeito de estufa.

Num momento em que é crescente o reconhecimento público do problema das alterações climáticas, por parte de cidadãos e dos media...

É também o momento para promover uma discussão sobre o papel da floresta portuguesa na mitigação do balanço líquido das emissões de GEE, quer ao nível das políticas públicas, quer no âmbito do mercado. Qual o valor da(s) floresta(s) Portuguesa(s) no mercado do carbono no curto prazo e qual a sua importância estratégica no longo prazo

Organização:

grupo Portucel Soporcel



Instituto Superior de Agronomia



Participantes:



UNAC



Apoio Institucional:



Ordem dos Engenheiros

Manhã

— A floresta portuguesa num contexto de alterações climáticas

João Santos Pereira (Instituto Superior de Agronomia)

— A gestão da floresta e dos espaços agro-florestais e o sequestro de carbono

Annette Freibauer (Max-Planck-Institute for Biogeochemistry)

José M. Cardoso Pereira (Instituto Superior de Agronomia)

Tiago Domingos (Instituto superior Técnico)

O papel das pastagens biodiversas e da sementeira directa no sequestro de carbono em espaços agro-florestais

— A floresta portuguesa, o cumprimento de Quioto e as expectativas para pós-Quoto

Júlia Seixas, FCT-UNL, Directora da E.Value

Tarde

— Os instrumentos de política no apoio ao potencial de sequestro de carbono da floresta portuguesa

Representante do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Comissão Executiva da CAC)

João Durão (Fundo Florestal Permanente, IFADAP)

O Fundo Florestal Permanente

— Os mercados emergentes do carbono na redução do balanço líquido das emissões nacionais:

Os mercados voluntários do (sequestro de) carbono na redução do balanço líquido das emissões nacionais

Ricardo Machado (Federação dos Produtores Florestais de Portugal)

José M. Lupi Caetano (UNAC, União da Floresta Mediterrânica)

— Estratégias empresariais de melhoria do balanço do carbono:

O caso da EDP, Energias de Portugal

Eng.º Neves de Carvalho (EDP, Energias de Portugal)

O caso do Grupo Portucel Soporcel

Eng.º José Ricardo Rodrigues (Grupo Portucel Soporcel)

Encerramento

— Os produtores florestais portugueses, o cumprimento de Quioto e o seu papel no pós-Quoto

José Honório (Presidente do CA do Grupo Portucel-Soporcel)

João Machado (Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal)





Inscrições

O Valor da Floresta Portuguesa no Mercado de Carbono

Lisboa, 28 de Março, 2007 Auditório da Culturgest
Edifício da Caixa Geral de Depósitos, Rua do Arco do Cego

As intenções de inscrição, bem como qualquer pedido de informação sobre a conferência, deverão ser comunicadas unicamente por correio electrónico para o endereço ovalordafloresta@cap.pt.

O custo da inscrição é de 75 euros e o seu pagamento deverá ser efectuado após a confirmação, comunicada igualmente por correio electrónico, por parte da organização da conferência.

Devido à capacidade da sala em que se realizará a conferência, as inscrições serão limitadas a 100 e serão aceites pela ordem de recepção.

A conferência “O Valor da Floresta Portuguesa no Mercado do Carbono” é um evento CarbonoZero.

